

## **CAPÍTULO 08 – O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO: O CASO DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE ELVAS**

Paulo Ferreira  
Luís Loures  
Artur Romão

O conceito de empreendedorismo entrou há muito no léxico da nossa sociedade, quer através de notícias nos meios de comunicação, quer através de discursos políticos ou mesmo no ensino. Cada vez são mais os exemplos de iniciativas de ensino e promoção do empreendedorismo a nível escolar, sendo o ensino superior o local primordial dessas iniciativas.

O objetivo deste capítulo é o de ilustrar o que se faz a este nível na Escola Superior Agrária de Elvas (ESAE), do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), em Portugal. Alicerçado na experiência das iniciativas recentes, e considerando que se está a tratar de um estudo de caso (por isso, não generalizável), é ilustrado o sucesso dessas iniciativas, a vários níveis. O facto de a ESAE ser uma escola agrária releva a importância dos resultados.

O resto do capítulo está organizado do seguinte modo: em primeiro lugar, aborda-se o conceito de empreendedorismo e as diferentes vertentes que podem ser consideradas no mesmo (nomeadamente a forma como o empreendedorismo é visto na ESAE); segue-se uma breve abordagem sobre o ensino do empreendedorismo, alguns dos resultados esperados, assim como alguns resultados empíricos; o capítulo segue com o exemplo do que se faz na ESAE, ao nível do empreendedorismo; termina-se com uma breve discussão sobre o que poderá ser feito no futuro, e este nível, na ESAE.

### **O conceito de empreendedorismo**

É difícil encontrar na literatura uma única definição de empreendedorismo, na medida em que este é reconhecido como tendo diferentes vertentes, muitas vezes relacionado com a própria contextualização. No entanto, independentemente desse contexto, geralmente o conceito de empreendedorismo está relacionado com a iniciativa de alguém (pessoa ou grupo de pessoas) em criar algo. Este é o motivo, por

exemplo, pelo qual normalmente o empreendedorismo é reconhecido como a atividade de criação de uma empresa ou negócio.

A origem da palavra empreendedorismo (*entrepreneur*) será francesa. Etimologicamente deriva dos termos franceses *entre* e *prendre*, podendo ser entendida como *fazer algo* ou *estar entre*. Originalmente terá sido utilizada no sentido de significar alguém que está entre a oferta e a procura, ou seja, alguém que está à frente de um negócio. Ainda que não haja unanimidade sobre quem terá utilizado primeiro a expressão, o economista francês Cantillon (1755) é tido como pioneiro na utilização da expressão, entendendo o empreendedor como alguém que corre um determinado risco associado a uma atividade económica, comprando um produto a um determinado preço certo para o tentar vender a um preço incerto. Esta definição é, pois, coerente com a origem etimológica da palavra, tendo implícito o conceito de risco, mas também o interesse do indivíduo em obter um lucro.

Naquela que é considerada a sua principal obra, Adam Smith (1776) também aborda o conceito de empreendedorismo. No seu caso, identifica o empreendedorismo como a atividade de pessoas que transformam a procura em oferta, ao mesmo tempo que reagem às alterações que ocorrem nas economias. Inclusivamente, Adam Smith identifica três diferentes tipos de atividade empresarial: especulação e alto risco (associada aos investidores), a produção de invenções (em que o conceito de risco é inerente à própria atividade) e alguém que realiza projetos, fazendo-o de forma ponderada.

Mais tarde, Say (1816) acrescenta um elemento fundamental ao conceito de empreendedorismo: a noção de criação de valor. Segundo o autor, um empreendedor é alguém que transfere recursos de um setor com baixa produtividade para um com produtividade maior, reconhecendo no empresário o papel de transformar invenções de outras pessoas em algo que o mercado tenha interesse.

Um novo ímpeto em relação a este conceito é dado por Schumpeter (1934), economista que identifica o empreendedor como alguém que destrói a ordem económica existente, através da introdução de inovações, que podem ser de vários tipos: introdução de novos produtos, serviços, formas de organização ou exploração de novas matérias-primas. Explicitando, claramente, que o empreendedorismo passa pelo aproveitamento de oportunidades de negócio, Schumpeter associa o empreendedorismo ao conceito de inovação. Este é também o entendimento, por exemplo, de Drucker (1985), reconhecido guru da gestão, que identifica que a criação

de uma empresa ou negócio, por si só, não implica que se esteja a falar de empreendedorismo. Este resulta, de facto, da capacidade de diferenciação do negócio em relação ao que já existe no mercado.

Esta abordagem que relaciona o empreendedorismo com a inovação e/ou diferenciação acaba por reforçar o papel do empreendedorismo no plano macroeconómico, uma vez que associa o empreendedorismo à dinâmica empresarial e, conseqüentemente, ao processo de crescimento económico.

De resto, nas últimas décadas, a investigação sobre empreendedorismo tem vindo a desenvolver-se, dando lugar não só a várias formas de olhar o conceito, mas também à identificação de diversas tipologias. Por exemplo, é possível encontrar autores que realçam o empreendedorismo como identificação e desenvolvimento de oportunidades (ver, por exemplo, Kirzner, 1973, Shane & Venkataraman, 2000, ou Shane, 2003, entre outros). Outros autores destacam as características e o comportamento dos indivíduos (ver, por exemplo, McClelland, 1961). Uma abordagem diferente considera o empreendedorismo como o processo puro de criação de novas empresas, sendo que autores como Low e MacMillan (1988) ou Gartner (1988) são alguns dos precursores deste tipo de abordagem. Este tipo de abordagem é muito utilizado na literatura, até pela sua fácil mensuração. Por exemplo, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), provavelmente o mais reconhecido estudo internacional sobre os níveis de empreendedorismo, adota este tipo de abordagem para a mensuração da atividade empreendedora.

Além das múltiplas definições de empreendedorismo, como já foi referido anteriormente, o número de estudos sobre esta temática nos últimos anos tem vindo a crescer enormemente, tornando a literatura no tópico extremamente vasta. A descrição desta extensão está para além dos objetivos deste capítulo. No entanto, os trabalhos de Audretsch (2002) ou de Acs e Audretsch (2010) apresentam revisões muito interessantes sobre a temática do empreendedorismo.

Importa agora que nos retenhamos na visão de empreendedorismo que suporta as atividades da ESAE. Considerando como ponto fulcral o processo de criação de uma empresa, reconhece-se a proximidade com a visão de Adam Smith na sua terceira perspetiva: entender o empreendedorismo como um processo onde devem ser ponderados os diferentes riscos a assumir pela parte do(s) promotor(es). No fundo, fomenta-se claramente nos alunos duas questões diferentes: por um lado, a noção de que o processo empreendedor corresponde à passagem da ideia de

negócios para o papel, mas sempre numa perspectiva de analisar a sua viabilidade em termos económico-financeiros; por outro lado, a importância da criação de valor, no contexto da ideia de negócios (esta questão vai ser explorada em maior detalhe mais à frente).

É importante, no entanto, deixar clara qual é a nossa visão de criação de valor. Enquanto atores sociais, não nos limitamos ao conceito de valor exclusivamente na ótica empresarial, visto que essa criação de valor pode ir muito mais além da relação entre a empresa e o cliente, mas também pode dizer respeito à sociedade. Reconhece-se, claramente, a possibilidade do empreendedorismo de carácter social, como um possível caminho empreendedor.

Resumindo: o conceito de empreendedorismo considerado relevante para o processo utilizado na ESAE passa pela criação de valor, mas podendo esse valor ser tanto a riqueza para as empresas como a satisfação para os clientes e/ou para a sociedade como um todo, ou qualquer outro critério de valor relevante. Obviamente que, ancorada na identificação de oportunidades de negócio, que está presente em definições que anteriormente foram apresentadas, está a análise da lucratividade das iniciativas empreendedoras. De facto, e resumindo a uma perspectiva empresarial, o empreendedorismo tem como objetivo criar riqueza mas, tal como identificado nos primórdios da criação do conceito, tem implícito o risco. E, como tal, o processo de análise implica uma ponderação dos riscos desse projeto.

### **Ser ou não ser: eis a questão!**

Associado e originário da gestão, o empreendedorismo é hoje estudado de forma multidisciplinar, não sendo estranho que ciências como a Psicologia ou a Sociologia se dediquem a este fenómeno, ainda que na vertente de estudar as características e perfis dos empreendedores. O objetivo destas análises passa por tentar encontrar características comuns nos empreendedores, de modo a tentar tipificar os seus comportamentos e a identificar a possibilidade de condições para a sua classificação.

Por detrás deste tipo de abordagens está o trabalho de McClelland (1961) que identifica três diferentes necessidades individuais nas pessoas: a necessidade de realização pessoal, a necessidade de autoridade e poder (associado à liderança) e a necessidade de afiliação (isto é, de manter relações sociais). No seu trabalho, que originalmente não tinha uma ligação direta ao empreendedorismo, apercebeu-se que

peças que apresentavam maiores necessidades de realização conseguiram aproveitar melhor as oportunidades. Só mais tarde associou estes comportamentos ao empreendedorismo, fazendo a ponte com o crescimento económico em diferentes regiões. Desde então é possível encontrar na literatura um vasto número de características associadas aos empreendedores. Por exemplo, Carvalho e Costa (2015), naquilo que é apenas um resumo, identificam 24 diferentes possíveis características dos empreendedores: inovação; liderança; riscos moderados; independência; criatividade; energia; tenacidade; originalidade; otimismo; orientação para os resultados; flexibilidade; capacidade para conduzir situações; necessidade de realização; autoconsciência; autoconfiança; envolvimento a longo prazo; tolerância face à ambiguidade e incerteza; iniciativa; capacidade de aprendizagem; saber utilizar os recursos; sensibilidade aos outros; agressividade; tendência a confiar nas pessoas; e dinheiro como medida de desempenho. E uma análise da vasta literatura no tema permite facilmente encontrar muitas outras características.

O objetivo deste capítulo não é o de identificar estudos ou características dos empreendedores, mas sim lançar a discussão sobre se as pessoas nascem empreendedoras ou se, na realidade, é possível ensinar o empreendedorismo. É provável que muitos empreendedores possam ter características inatas, associadas ao empreendedorismo, tais como a autoconfiança, o otimismo ou a confiança nas pessoas. No entanto, até estas podem ser aperfeiçoadas, havendo outras que podem ser inculcadas nas pessoas. E é aqui que é feita a ponte para o ensino do empreendedorismo.

A discussão sobre o ensino do empreendedorismo e o seu papel no aumento dos níveis empreendedores de uma sociedade já não é nova. Também neste caso, a origem remonta à Psicologia. De acordo com Bird (1988), Katz e Gartner (1988) ou Krueger e Brazeal (1994), há uma ligação entre as intenções empreendedoras e as atitudes propriamente ditas, de acordo com a teoria do comportamento planeado, de Ajzen (1991). É esta ligação entre as intenções e, posteriormente, a concretização das mesmas, que releva o papel do ensino do empreendedorismo nas escolas. No caso particular das universidades, em particular aquelas que não oferecem cursos com competências centrais associadas à gestão, o objetivo deverá passar por explicar aos estudantes os diferentes passos do processo empreendedor, assim como a sua formalização, encorajando-se o espírito crítico e a procura de soluções para

problemas concretos. O conhecimento da realidade empreendedora é essencial para uma mudança de atitudes por parte das pessoas (Immink & O’Kane, 2001).

Fayolle e Gailly (2009) definem a educação do empreendedorismo como o conjunto de atividades que têm como objetivo alterar as mentalidades, atitudes e habilidades empresariais, abrangendo atividades ligadas à geração de ideias e à criação de startups, viradas para o crescimento e inovação. Esta definição surge mais uma vez num contexto em que se quer promover, mais do que o autoemprego, um conjunto de atitudes pró-ativas, viradas para a criação de valor através da criação de empresas, enquadradas também num ambiente económico em que é cada vez menos habitual a existência de um trabalho para toda a vida.

Neste contexto, o ensino do empreendedorismo toma um papel importante, pois a realidade do empreendedorismo é multifacetada e influenciada por diversos fatores<sup>2</sup>: económicos (Huisman, 1985), psicológicos (Kuratko & Hodgetts, 1995 ou Carter, Gartner & Reynolds, 1996), sociológicos (à cabeça, o famoso trabalho de Weber, 1948), fatores ambientais (Singh, 1990), demográficos (Gaddam, 2007), culturais (ver, novamente, Weber, 1948 ou Huisman, 1985) ou níveis de qualificações (Ioannou, 2001), entre outros.

O papel das autoridades políticas tem-se tornado também cada vez mais importante. O reconhecimento da importância do empreendedorismo para o crescimento económico sustentável é enorme, pelo que não é de estranhar que a própria Comissão Europeia (2006) tenha reconhecido a importância de fomentar o crescimento do ensino do empreendedorismo. Ainda que já tivesse sido criado, este reconhecimento por parte da Comissão Europeia fez crescer exponencialmente aquele que é o maior conjunto de projetos de ensino do empreendedorismo na Europa: o Junior Achievement Young Enterprise que conta em 2016 com um total de 3,5 milhões de estudantes em 40 países.

Inicialmente, os trabalhos sobre o impacto do ensino do empreendedorismo na atividade empreendedora eram de carácter iminentemente teórico. No entanto, ao longo do tempo, é possível encontrar trabalhos que mostram que pode haver um impacto interessante a este nível.

---

<sup>2</sup> Devido à multiplicidade de trabalhos que identificam cada um dos fatores e devido ao facto de não serem elementos centrais da análise, neste particular preferiu-se indicar alguns dos trabalhos pioneiros que relacionam esses fatores com os níveis de empreendedorismo.

Os trabalhos de Souitaris, Zerbinati e Al-Laham (2007), com dados do Reino Unido e da França, e de Stamboulis e Barlas (2014), para uma universidade na Grécia, encontram um impacto significativo do ensino do empreendedorismo nas percepções dos estudantes, no sentido em que promoveu um melhor entendimento desta temática e das barreiras que envolvem o empreendedorismo. Os autores concluem que o programa empreendedor em análise teve um impacto nas atitudes dos estudantes e do seu espírito crítico. No fundo, os programas de empreendedorismo melhoram algumas atitudes, assim como a iniciativa empresarial, corroborando a teoria do comportamento planeado, já referida anteriormente.

Comparando dois grupos de estudantes, um submetido a programas de empreendedorismo e outro onde esses programas não são aplicados, Oosterbeek, van Praag e Ijsselstein (2010) e Luca, Cazan e Tormulescu (2012) concluem haver uma relação entre o ensino do empreendedorismo e o despertar de algumas características reconhecidas nos empreendedores, tais como capacidades de trabalho em rede, habilidades empresariais ou melhoria de características como independência ou motivação. O primeiro trabalho referenciado é feito na Holanda e o segundo na Roménia.

Os trabalhos Huber, Sloof e van Praag (2014), que utilizam dados internacionais, e de Moberg (2014), que utiliza dados da Dinamarca, vão mais longe e identificam que o processo empreendedor pode ainda ser mais potenciado, se os programas de ensino começarem a ter lugar antes da entrada na universidade.

Ainda que a análise não seja feita de forma exaustiva, até pelo objetivo deste capítulo, a verdade é que a evidência aponta para que o ensino do empreendedorismo tenha um papel importante tanto nas atitudes como nas intenções empreendedoras daqueles que frequentam esses programas ou projetos. Posteriormente, há ainda uma relação entre a intenção empreendedora e a sua concretização propriamente dita.

Como já foi referido anteriormente, este capítulo não apresenta elementos estatísticos, até pela inexistência de elementos metodológicos que o permitam realizar, mas apresenta aquilo que tem sido feito nos últimos anos na ESAE, em Portugal, no âmbito do ensino do empreendedorismo.

### **O ensino do empreendedorismo na Escola Superior Agrária de Elvas (ESAE)**

O presente subcapítulo tem como objetivo apresentar o que se faz no Instituto Politécnico de Portalegre em geral e na ESAE em particular em termos do ensino do

empreendedorismo. Por uma questão de organização, e para melhor compreensão das diferentes dinâmicas associadas ao empreendedorismo na ESAE, divide-se este subcapítulo em 6 secções.

### **Contextualização institucional: Instituto Politécnico de Portalegre**

O Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) é uma instituição pública de ensino superior, que assume com sua missão: “criar, transmitir e difundir o conhecimento, orientado profissionalmente, através da formação e qualificação, de alto nível, para públicos diferenciados, em momentos vários dos percursos académico e profissional, e da investigação e desenvolvimento tecnológico para a promoção das comunidades, em cooperação com entidades regionais, nacionais e internacionais” (artº 1º dos Estatutos do IPP).

Assentando a raiz da sua atividade no ensino, atualmente o IPP ministra cursos de Técnicos Superiores Profissionais, Licenciaturas e Mestrados, além de cursos não conferentes de grau (pós-graduações e cursos de curta duração), contando nos primeiros com cerca de 2300 alunos, distribuídos por 42 ciclos de estudos em funcionamento, reunindo cerca de 340 colaboradores.

De 1990-91 até 2016-17 as suas formações geraram 11 800 diplomados, registando-se nos anos mais recentes índices de aproveitamento escolar e de empregabilidade de 80% e de 82%, respetivamente.

O início de funcionamento do IPP, em 1989, foi precedido daquela que viria a ser a sua primeira Escola, a Escola Superior de Educação (ESE) - hoje Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) que ocorreu em 1985. No mesmo ano de 1989 entra em funcionamento a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG). A Escola Superior Agrária - mais tarde Escola Superior Agrária de Elvas (ESAEL) - do Instituto Politécnico de Portalegre é criada, na cidade de Elvas em 1993, iniciando o seu funcionamento efetivo em 1995. Em 2001 a Escola Superior de Enfermagem, que havia iniciado a sua atividade em 1972, foi integrada no IPP, passando mais tarde a designar-se Escola Superior de Saúde (ESS).

Procurando corresponder aos princípios prescritos legalmente que devem caracterizar os estabelecimentos de ensino politécnico, além das 4 escolas nele integradas, o IPP possui ainda um conjunto de unidades transversais a todo o Instituto, que potenciam a concretização da sua missão, entre os quais uma unidade funcional de seu nome Gabinete de Empreendedorismo e Emprego (GEE).

De facto o IPP tem a sua origem intimamente ligada ao empreendedorismo. Por exemplo, a ESTG iniciou as suas atividades com dois cursos de bacharelato: o curso de Técnicos de Serviços de Comercialização e o curso de Gestão e Criação de Empresas. A opção por esta designação justificar-se-ia também pelo facto de, à data, a designação de empreendedorismo ainda não ser usual.

A importância da dinamização das atividades relacionadas com o empreendedorismo no IPP, e também com a empregabilidade dos seus diplomados, é assumida veementemente com a nomeação de um Coordenador Institucional, reportando diretamente ao Presidente do Instituto, para coordenar o GEE, entretanto criado. Na sequência da entrada em vigor dos novos estatutos do IPP, esta responsabilidade passou a ser assumida por um dos três Pró-Presidentes entretanto nomeados. O Pró-Presidente para o Empreendedorismo e Emprego visa assegurar o desenvolvimento e implementação de tarefas, projetos e atividades específicas, conformes com a relevância dada pelo Programa de Desenvolvimento do IPP ao empreendedorismo e ao emprego.

O GEE é assim uma unidade funcional do IPP que “visa criar e desenvolver uma cultura empreendedora que contribua para facilitar a transformação do conhecimento em ideias de negócio, bem como a divulgação de ideias e projetos inovadores com potencial para criar riqueza e desenvolvimento regional, tornando os estudantes dinâmicos na procura de novas saídas profissionais e na criação do próprio emprego, para além de ajudar a proporcionar contactos, ofertas de emprego/estágio e apoio em candidaturas, entre outras ferramentas necessárias e na consequente inserção no mercado de trabalho.” (conf. art.º 13.º dos Estatutos do IPP)

Constituído por um Coordenador, dois técnicos e integrando os Subdiretores das 4 escolas do IPP, dinamiza, coordena e apoia um conjunto vasto de ações e atividades, entre as quais pontificam o apoio à concretização da orientação do IPP para disseminação do ensino do empreendedorismo, a promoção e dinamização de uma bolsa de emprego, a realização de uma feira anual emprego e empreendedorismo, com carácter de itinerância, e que conta já com 10 edições realizadas (a ENOVE+), a gestão de uma incubadora de empresas de base tecnológica, pertença do IPP, inaugurada em novembro de 2015 (a BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre), ou a coordenação do concurso regional Poliemprende, competindo-lhe também a coordenação do mesmo concurso a nível nacional na sua 15ª edição, em 2017/2018.

### **Contextualização institucional: Escola Superior Agrária de Elvas**

A ESAE é uma das quatro escolas do Instituto Politécnico de Portalegre, em Portugal. Criada a 14 de outubro 1996, a ESAE começou por lecionar o Bacharelato em Engenharia Agrária Atualmente, a oferta da ESAE é composta por 6 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP de Desporto e Formação Equestre, Cuidados Veterinários, Produção Agropecuária, Produção Agroflorestal, Viticultura e Enologia, Regadio), 3 Licenciaturas (Agronomia, Enfermagem Veterinária e Equinicultura) e 1 Mestrado (Agricultura Sustentável).

No ano letivo de 2011/2012, a então Presidência do Instituto identificou a necessidade de promover o ensino do empreendedorismo, tendo solicitado às suas diferentes Escolas que criassem programas nessa área, com o objetivo de que todos os diplomados do IPP tivessem competências ao nível do empreendedorismo.

Desde logo a ESAE criou a unidade curricular com esse nome, que atualmente é obrigatória e transversal às Licenciaturas. A unidade curricular é ainda obrigatória em parte dos CTeSP, estando articulada com outras unidades curriculares nos CTeSP em que não faz parte dos programas. Apenas no Mestrado não existem, formalmente, conteúdos sobre empreendedorismo. No entanto, é importante considerar que, atualmente, uma parte significativa dos alunos do Mestrado provém da Licenciatura em Agronomia, pelo que a repetição de conteúdos não faz sentido. Além disso, no âmbito do trabalho de final do Mestrado, é deixada em aberto a possibilidade dos alunos desenvolverem um trabalho de projeto de índole empresarial, pelo que os alunos que pretendam continuar um caminho ligado ao empreendedorismo, poderão fazê-lo sem qualquer tipo de prejuízo.

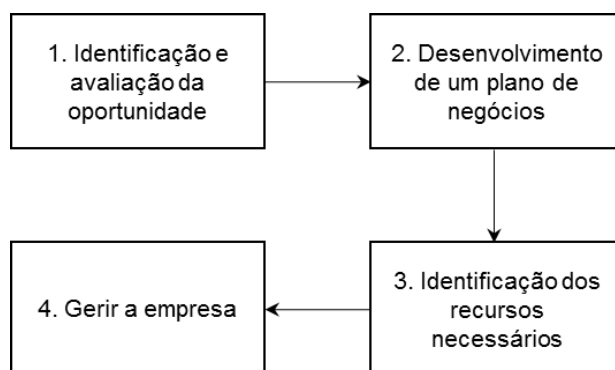
A criação imediata desta unidade curricular deveu-se fundamentalmente ao facto de se considerar o processo de criação de uma empresa como alternativa fundamental ao habitual trabalho por conta de outrem. No entanto, como os alunos não apresentam, geralmente, competências e interesses associados à prática da gestão empresarial, foi necessário criar um programa que, além de ser genérico, deveria contemplar uma componente muito prática, não só para estimular os alunos mas também para que eles identificassem os diferentes passos associados ao processo de criação de um negócio.

## O programa de empreendedorismo na ESAE

O programa da unidade curricular de empreendedorismo na ESAE começou a ser lecionado no ano letivo de 2012/2013, em todas as Licenciaturas na ESAE<sup>3</sup>. Em 2015/2016 começaram a ser lecionados na ESAE os CTeSP sendo que, atualmente, os CTeSP de Produção Agropecuária, Viticultura e Enologia e Produção Agroflorestal têm previstas a lecionação da referida unidade curricular.

A unidade curricular está organizada em três capítulos diferentes. O primeiro capítulo trata, em termos genéricos, do conceito de empreendedorismo, do perfil do empreendedor e da forma como se pode medir o empreendedorismo. Considerando a ligação entre empreendedorismo e inovação, o segundo capítulo trata exatamente do tópico da inovação: conceitos, modelos que a estudam e forma de medição, terminando com a ligação entre os dois conceitos. O terceiro capítulo, intitulado “Da ideia ao negócio”, assenta no processo empreendedor, tal como identificado por Hisrich, Peters e Shepherd (2008), e que pode ser consultado na Figura 1.

**Figura 1:** O processo empreendedor (adaptado de Hisrich et al., 2008)



O processo empreendedor começa com a identificação de uma oportunidade, assim como uma avaliação preliminar da mesma. Isto significa que o empreendedor tem de analisar se a sua ideia tem potencial para ser implementada assim como de poder vir a crescer no futuro. O segundo passo do processo é o desenvolvimento do plano de negócios, onde se faz a análise mais pormenorizada do processo. Em seguida, identificam-se os recursos necessários para avançar com o projeto, podendo

---

<sup>3</sup> Antes desse ano letivo, existia a unidade curricular de Gestão Financeira, lecionada nas Licenciaturas de Engenharia Agronómica (entretanto reformulada para Agronomia) e Equinicultura. Esse programa tinha já uma componente associada à análise de projetos, além de conceitos de cálculo financeiro e contabilidade. No entanto, faltava uma componente mais prática de elaboração de projetos.

esta fase decorrer simultaneamente com o passo anterior (visto que parte dos elementos necessários para a construção do plano de negócios está relacionada com os recursos). A última fase é a da gestão da empresa propriamente dita.

Na ESAE considera-se que o terceiro capítulo é o mais importante do processo de ensino-aprendizagem do empreendedorismo, daí o mesmo ocupar cerca de dois terços do tempo normalmente previsto das aulas. Este capítulo contempla os três primeiros passos do processo identificado na Figura 1, deixando de fora a fase da gestão da empresa. Isso está relacionado com o principal objetivo da unidade curricular na ESAE, que passa por dotar os alunos de ferramentas para poderem vir a analisar o potencial de negócio de uma ideia, pelo que a gestão propriamente dita obrigaria a ter a empresa no terreno ou, eventualmente, a recorrer a técnicas ou jogos de simulação, situação que não é de todo descurada, como será possível verificar adiante.

A unidade curricular funciona com base em sessões de enquadramento teórico que normalmente são seguidas de apresentação de exemplos/casos práticos e de períodos de debate. A avaliação da unidade curricular é feita com base num teste escrito (que, fundamentalmente, se destina a avaliar os dois primeiros capítulos do programa) e num trabalho prático, que trata do terceiro capítulo do programa. Este trabalho prático consiste na criação de um plano de negócios para uma empresa, tanto com a componente de memória descritiva como do plano financeiro, sendo o mesmo construído sobre um concurso existente em Portugal, de seu nome Poliemprende.

Importa agora deixar um esclarecimento sobre a unidade curricular de empreendedorismo, na medida em que a mesma não funciona de forma avulsa na ESAE. Na realidade, existe na escola uma integração de diferentes unidades curriculares, pois todos os cursos apresentam outras unidades que estão integradas com a de empreendedorismo.

Nas Licenciaturas de Agronomia e Equinicultura, existe uma primeira unidade curricular, de seu nome economia e fiscalidade, que trata dos conceitos fundamentais de economia e que aborda ainda alguns conceitos de fiscalidade. Fundamentalmente, dão-se noções aos alunos sobre as diferentes possibilidades de desenvolver atividades profissionais (por contra própria ou por conta de terceiros) e a forma como a fiscalidade as afeta.

Em todas as Licenciaturas e CTeSP onde a unidade curricular de empreendedorismo é lecionada, existe uma disciplina introdutória de gestão de

empresas que funciona de forma independente nos diferentes cursos, dado que há especificidades nos diferentes tipos de atividades. Nessa unidade curricular introdutória, são abordados os conceitos básicos da gestão, com um foco importante no marketing, de modo a que os alunos possam começar a trabalhar os planos de marketing das suas ideias. É esse plano de marketing que depois é utilizado como base, se os alunos assim o entenderem, na unidade de empreendedorismo, podendo o mesmo ser melhorado e desenvolvido.

Segue-se a unidade curricular de empreendedorismo e, após esta, as três licenciaturas têm uma outra unidade curricular de seu nome marketing e técnicas da comunicação. O objetivo desta unidade é o de trabalhar os processos de comunicação empresarial das diferentes ideias apresentadas anteriormente pelos alunos.

Apesar da já existência da unidade curricular desde 2012/2013, esta integração das diferentes unidades curriculares começou a funcionar apenas a partir de 2013/2014, altura em que foi possível colocar em prática esta articulação, em função também da disponibilidade de pessoal para que a mesma pudesse ter efeito.

## **O Poliemprende**

O Poliemprende é “uma iniciativa da rede de instituições de ensino superior (Institutos Politécnicos, escolas superiores não integradas e escolas politécnicas das universidades), que surgiu em 2003, cujo objetivo é fomentar uma cultura empreendedora e que impulse o desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, estimulando o empreendedorismo e proporcionando saídas profissionais através da criação do próprio emprego”<sup>4</sup>. É materializado num concurso em que as equipas são convidadas a explicar a sua ideia, em duas componentes diferentes: por um lado, a explicação teórica do projeto (que pode ser entendida como a memória descritiva ou o plano de marketing) e, por outro, a realização do plano de negócios e posterior avaliação da sua viabilidade económico-financeira.

Integram a Rede Poliemprende cerca de duas dezenas de instituições do subsistema politécnico de ensino superior público em Portugal. A primeira edição do concurso decorreu no ano letivo de 2003/2004, sendo que a coordenação nacional do concurso é assumida de forma rotativa pelas diferentes instituições, por períodos anuais. Em 2017/2018 a coordenação pertence ao IPP.

---

<sup>4</sup> <https://goo.gl/PTPrkF>.

De salientar que o Concurso Poliempreende foi ainda objeto de reconhecimento, tendo conquistado em 2013 um dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial na categoria “Investimento nas competências empreendedoras”. Estes prémios (European Enterprise Promotion Awards - EEPA), promovidos desde 2005 pela Comissão Europeia, têm como desiderato o reconhecimento de boas práticas na promoção e fomento do empreendedorismo no espaço europeu.

O Poliempreende funciona em duas fases: uma regional e outra nacional. Na fase regional, os alunos são convidados a participar com os seus projetos, sendo que a participação é feita em cada uma das 19 instituições envolvidas<sup>5</sup>. De cada uma das instituições sai um projeto vencedor, que, depois se encontram na fase nacional. Em cada concurso regional, assim como no concurso nacional, são premiados três projetos (além de possíveis menções honrosas). Paralelamente aos dois concursos, vão sendo realizadas diferentes oficinas de empreendedorismo, que têm como objetivo promover as competências necessárias não só para a criação dos projetos, mas também para as diferentes fases do concurso.

Independentemente da componente financeira, na ESAE o Poliempreende é visto como uma vertente essencial no processo de ensino e aprendizagem do aluno, na medida em que lhe é fornecida a noção de que o empreendedorismo deve ser visto como a análise de uma oportunidade de um negócio que, numa economia em constante mutação e com níveis de desemprego elevados, se pode revestir como uma alternativa ao trabalho por conta de terceiros.

### **Outras dinâmicas do empreendedorismo na ESAE**

Apesar da unidade curricular anteriormente descrita ser o elemento mais evidente do ensino do empreendedorismo mais evidente na ESAE, é impossível desligá-la de outras iniciativas que fazem de uma escola agrária um pólo relativamente dinâmico de empreendedorismo. Estas dinâmicas estão também relacionadas com a integração das diferentes unidades curriculares, tal como foi descrito anteriormente. Para explicar as dinâmicas do empreendedorismo na ESAE, segue-se uma apresentação cronológica das diferentes iniciativas que são desenvolvidas na escola.

O ano letivo em Portugal inicia-se em meados de setembro e finaliza em meados de junho. Nas primeiras semanas são apresentados aos alunos as diferentes

---

<sup>5</sup> <https://goo.gl/r7Pntq>.

dinâmicas do empreendedorismo, integradas nas diferentes unidades curriculares. Atualmente, o primeiro momento dedicado ao empreendedorismo na escola ocorre em meados de setembro, com a celebração da Semana Europeia das Pequenas e Médias Empresas (PME)<sup>6</sup>. A Semana Europeia das PME é uma iniciativa da Comissão Europeia, com o principal objetivo de promover o empreendedorismo por toda a Europa<sup>7</sup>. Na ESAE, esta Semana normalmente é composta por várias iniciativas, tais como sessões sobre programas de financiamento ou sobre exemplos de empreendedores de sucesso. Durante esta semana decorrem também workshops relacionados com o Poliemprende, assim como o relato das experiências dos antigos alunos que concorreram. Organizadas principalmente na ESAE, algumas destas iniciativas já decorreram fora da escola.

Nos últimos anos, a ESAE tem promovido anualmente um concurso de ideias, durante o primeiro semestre letivo (que dura até janeiro). Esse concurso de ideias tem como objetivo sensibilizar os alunos para a necessidade de terem ideias que poderão ser utilizadas nas diferentes unidades curriculares mas, fundamentalmente, como forma de poderem acautelar o seu futuro. Este concurso de ideias é aberto a toda a comunidade.

Ainda no primeiro semestre letivo, decorre normalmente a Feira do Aluno da ESAE, onde os alunos são convidados a apresentar produtos e/ou serviços por si disponibilizados. Ainda que o evento tenha um carácter fundamentalmente lúdico, de convívio e de integração dos alunos (principalmente os alunos de primeiro ano), o objetivo deste evento passa também por chamar a atenção para a problemática do empreendedorismo.

Durante o resto do primeiro semestre, para os alunos inscritos na unidade curricular de empreendedorismo, esta decorre normalmente.

No que ao empreendedorismo diz respeito, o segundo semestre é feito de forma a trabalhar de forma individual com cada uma das equipas de trabalho dos projetos que têm como objetivo concorrer ao Poliemprende.

---

<sup>6</sup> A Semana Europeia das PME foi organizada no ano letivo de 2009/2010, na altura em maio (<https://goo.gl/5UTpXZ>). Os cartazes dos anos de 2015 e 2016 podem ser consultados, respetivamente, em <https://goo.gl/jx75WW> e <https://goo.gl/Y2DcWY>.

<sup>7</sup> <https://goo.gl/NW7ZJC>.

## **Alguns números sobre o empreendedorismo na ESAE**

Mais do que a descrição teórica sobre as iniciativas na ESAE, é importante ver de que forma os números relevam estas iniciativas.

Desde que foi criada, a unidade curricular de empreendedorismo já teve mais de 300 alunos inscritos. Não sendo possível obter opinião e avaliação dos alunos, e alicerçando-nos nos números do Poliempreeende, é possível obter algumas conclusões interessantes.

Anteriormente à criação da unidade curricular de empreendedorismo, a participação de projetos provenientes da ESAE no Poliempreeende era apenas pontual, com 2 candidaturas em 2008/2009 e 2010/2011 e uma candidatura em 2011/2012. Esta situação não era exclusiva da ESAE, mas também das outras escolas do IPP. De facto, nos anos letivos de 2009/2010 e 2012/2013 não houve qualquer projeto a concurso, em termos regionais.

É a partir da integração de unidades curriculares e atividades que o número de participações aumenta. No ano de 2013/2014, do total de 7 projetos do concurso regional, 5 eram provenientes da ESAE, tendo sido premiado, com o segundo lugar, um desses projetos. No ano de 2014/2015, a ESAE concorreu com 4 projetos, num total de 6 no concurso regional. Pela primeira vez desde 2008/2009, um projeto da ESAE vence o concurso regional (passando ao concurso nacional), além de ter visto atribuído o terceiro lugar a um outro projeto proveniente da escola. No ano letivo de 2015/2016, a ESAE originou um total de 7 projetos, tendo o concurso regional tido 10 projetos. Com um novo projeto a ser premiado com o primeiro lugar, a ESAE teve ainda um segundo lugar e uma menção honrosa (no caso, um projeto proveniente de um CTeSP, o primeiro deste ciclo de estudos ao nível do Politécnico de Portalegre). O projeto vencedor do concurso regional obteve uma menção honrosa no concurso nacional. Por fim, no ano letivo de 2016/2017, da ESAE concorreram 3 projetos, num total de 7 no IPP, tendo sido premiado um desses projetos com o segundo lugar. Outro facto interessante é que atualmente, todas as licenciaturas da ESAE já tiveram alunos com projetos premiados.

Mas não é só de prémios do Poliempreeende que vive o empreendedorismo da ESAE, até porque não se pretende que o percurso dos alunos termine com o concurso: o verdadeiro objetivo é que os projetos resultem na criação de empresas, tendo isso já sido verificado pelo menos em dois casos: a Tur-Hípica é já uma empresa criada, enquanto o projeto da Zoowish está em fase final de elaboração, tendo ambas

as iniciativas sido premiadas no concurso<sup>8</sup>. Não sendo possível identificar todos os alunos que deixando a ESAE abriram os seus próprios negócios, fundamentalmente por desconhecimento dos mesmos, é possível identificar outros projetos empresariais envolvendo antigos alunos da ESAE (veja-se, por exemplo, o projeto 4 Patas Cãobeireiro)<sup>9</sup>.

Por fim, uma nota de destaque para o facto de que, pela primeira vez, no ano letivo de 2016/2017 três alunos propuseram que o seu trabalho de fim de curso fosse enquadrado como projeto empresarial. Tendo ocorrido na ESAE pela primeira vez, é mais uma demonstração do interesse dos alunos nos processos empreendedores.

### **Conclusão e discussão**

Os números apresentados anteriormente mostram que as iniciativas sobre empreendedorismo desenvolvidas na ESAE, uma escola de índole agrária, têm conduzido à alteração de algumas formas de pensar e de ver o empreendedorismo como, de facto, é esperado e defendido pela teoria. Mas mais importante do que nos retermos nos números, é tentar discutir o que o futuro pode trazer.

Um dos desafios que se pretende é que os alunos não vejam o empreendedorismo apenas como forma de concorrer ao Poliempreende e, assim, poder candidatar-se a prémios pecuniários. O objetivo é fazer com que o empreendedorismo seja levado como alternativa séria para, quando saírem da ESAE, vejam a criação de uma empresa como uma alternativa ao trabalho por conta de outrem.

Como não se quer que os projetos fiquem na gaveta, outro desafio passa por tentar acompanhar os alunos e os seus projetos mesmo após saírem da ESAE.

Mas há pelo menos um desafio mais profundo, que deve ser pensado a médio e longo prazo e que está relacionado com o facto de a ESAE não ser uma escola relacionada com a gestão. De facto, o que se faz atualmente na ESAE é criar competências para a criação de projetos. Ainda que os objetivos da ESAE não passem pelo ensino da gestão e das suas competências, em contexto de ter uma empresa já criada, é possível tentar desenvolver medidas possam ajudar a esse nível. Uma delas passa pelo envolvimento dos alunos em jogos de simulação de gestão, que

---

<sup>8</sup> Os sites no Facebook são, respetivamente, <https://goo.gl/hnPQEp> e <https://goo.gl/P15ehA>.

<sup>9</sup> Ver, <https://goo.gl/3vfLSr>.

permitiriam àqueles que criam as suas próprias empresas, ter já algumas competências a esse nível, ainda que provenientes de simulações.

### **Agradecimentos**

Paulo Ferreira agradece o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/ECO/04007/2013) e do FEDER/COMPETE (POCI-01-0145-FEDER-007659)

Artur Romão agradece a disponibilização de informação por parte dos anteriores coordenadores do Poliempreende no IPP, designadamente Ricardo Ferreira e Adriano Pedro.

### **Referências bibliográficas**

- Acs, Z., & Audretsch, D. (2010). Handbook of Entrepreneurship Research
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organisational Behavior and Human Decision Processes*. 50 (2), 1–63.
- Audretsch, D. (2002). *Entrepreneurship: a survey of the literature*. European Commission Enterprise Directorate General.
- Bird, B. (1988). Implementing entrepreneurial ideas: the case of intentions. *Academy of Management Review*. 13 (3), 442–454.
- Cantillon, R. (1755). *Essai sur la nature du commerce en général*, London: Fletcher Gylor. Also edited in an English version, with other material, by Henry Higgs, C.B., London: MacMillan (1931).
- Carter, N., Gartner, W., & Reynolds, R. (1996). Exploring start-up event sequences. *Journal of Business Venturing*. 11(3), 151-166.
- Carvalho, L., & Costa, T. (2015). *Empreendedorismo – Uma visão global e integradora*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Comissão Europeia (2006). *Entrepreneurship education in Europe: fostering entrepreneurial mindsets through education and learning*. In: Final Proceedings of the Conference on Entrepreneurship Education in Oslo
- Drucker, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship*. New York, Harper Collins
- Gaddam, S. (2007). A conceptual analysis of factors influencing entrepreneurship behavior and actions. *ICFAI Journal of Management Research*. 6(11), 46-63.
- Gartner, W. (1988). Who is an Entrepreneur? Is the Wrong Question. *American Journal of Small Business*. 12 (4), 11-32.

Hisrich R., Peters, M., & Shepherd, D. (2008). *Entrepreneurship*. McGraw-Hill International Edition (7ª Edição).

Huber, L., Sloof, R., & van Praag, M. (2014). The effect of early entrepreneurship education: Evidence from a field experiment. *European Economic Review*. 72, 76–97

Huisman, D. (1985). Entrepreneurship: economic and cultural influences on the entrepreneurial climate. *European Research*. 13(4), 10-17.

Ioannou, K. (2001). *The guide of the new entrepreneur*. Athens: Papsotiriou.

Katz, J., & Gartner, W. (1988). Properties of emerging organisations. *Academy of Management Review*. 13 (3), 429–441.

Kirzner, I. (1973). *Competition and Entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press.

Krueger, N., & Brazeal, D.V. (1994). Entrepreneurial potential and potential entrepreneurs. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 18(3), 91–104.

Kuratko, D. F., & Hodgetts, R. M. (1995). *Entrepreneurship: A contemporary approach*. Ft. Worth, Texas: Dryden Press/Harcourt Brace and Co.

Low, M., & MacMillan, I. (1988). Entrepreneurship: Past research and future challenges. *Journal of Management*. 14(2): 139-161

Luca, M., Cazan, A., & Tomulescu, D. (2012). To be or not to be an entrepreneur. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 33, 173 – 177

McClelland, D. (1961). *The achieving society*. Princeton, New Jersey: Van Nostrand

Moberg, K. (2014). Two approaches to entrepreneurship education: The different effects of education for and through entrepreneurship at the lower secondary level. *The International Journal of Management Education*. 12, 512-528.

Oosterbeek H, van Praag M, & Ijsselstein, A. (2010). The impact of entrepreneurship education on entrepreneurship skills and motivation. *European economic review*. 54, 442-454.

Say, J. (1816). *Treatise on Political Economy*. Sherwood, Neely and Jones, London

Schumpeter, J. (1934). *The theory of economic development*. Harvard University Press

Shane, S. (2003). *A General Theory of Entrepreneurship*. Edward Elgar Publishing

Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *The Academy of Management Review*. 25(1), 217-226.

-----

Singh, S. (1990). Personality characteristics, work values, and live styles of fast- and slow progressing small-scale industrial entrepreneurs. *Journal of Social Psychology.* 129(6), 801-805.

Smith, A. (1776). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.* London.

Souitaris V., Zerbinati S., & Al-Laham, A. (2007). Do entrepreneurship programmes raise entrepreneurial intention of science and engineering students? The effect of learning, inspiration and resources. *Journal of Business Venturing.* 22 (2007) 566–591.

Stamboulis Y., & Barlas, A. (2014). Entrepreneurship education impact on student attitudes. *The International Journal of Management Education.* 12, 365-373.

Weber, M. (1948). *Essays in sociology.* London: Routledge & Kegan Paul.